

Foto: ©UNICEF/Moçambique

Informe Orçamental 2016: Educação

MENSAGENS-CHAVE

- ▶ Em Julho de 2016, o Orçamento do Estado que tinha sido aprovado em Dezembro de 2015 foi revisto de modo a reflectir o novo contexto macroeconómico do país. Neste Orçamento do Estado Revisto 2016, foi alocado ao Sector da Educação a quantia de MT 44,4 biliões, representando 18,2 por cento do Orçamento do Estado Revisto de 2016. Esta dotação revista representa uma redução de MT 1,5 biliões em comparação com o orçamento original aprovado (MT 45,8 biliões), o que representou, a esse nível de financiamento, 18,6 por cento do Orçamento de Estado original de 2016. Ambas as alocações mostram uma diminuição no peso do sector em relação à quota de 19,8 por cento em 2015.
- ▶ *O orçamento e a despesa globais do Sector da Educação são altamente descentralizados, com os distritos a receberem a maior proporção de recursos da educação.* Por outro lado, o financiamento dos doadores para o sector é altamente centralizado, com quase 80 por cento de todo o financiamento externo a ser destinado ao nível central em 2016.
- ▶ *A maior parte do orçamento da educação 2016 foi destinada ao ensino primário, o que está em harmonia com as prioridades em termos das políticas.*
- ▶ *O Sector da Educação habitualmente executa o seu orçamento a uma taxa superior à média do Orçamento do Estado; no entanto, a taxa de execução agregada do sector de 91,5 por cento seria maior se não fosse a baixa taxa média de execução (71,1 por cento) dos fundos externos (financiados pelos doadores ao sector).*
- ▶ *Moçambique gasta uma percentagem maior do seu Orçamento do Estado e do PIB na educação em comparação com a média dos países de baixa renda e os países da África Subsaariana; no entanto, as suas taxas de conclusão do ensino primário e secundário estão abaixo das médias das duas categorias de pares.*
- ▶ *Os agregados familiares mais pobres beneficiam quase tanto do ensino primário como os mais ricos; todavia, beneficiam consideravelmente menos do que os mais ricos do ensino secundário e superior. Colectivamente em todos os três níveis de educação, os gastos com educação não são em prol dos pobres.*
- ▶ *Os rapazes beneficiam mais do que as raparigas da execução do orçamento da educação, em particular no que diz respeito ao ensino superior.*

Introdução

O Orçamento do Estado e o Plano Económico e Social originais de 2016, que foram aprovados pelo Parlamento em Dezembro de 2015, foram revistos em Julho de 2016 em resposta a mudanças registadas no ambiente macro-fiscal do país. Em face da redução dos preços das matérias-primas (commodities), da diminuição do investimento directo estrangeiro e da entrada de divisas, do aumento da carga da dívida, do congelamento dos desembolsos provenientes do Apoio Geral ao Orçamento pelos doadores, da interrupção do apoio financeiro do FMI, da despesa pública adicional necessária para aliviar os efeitos da seca generalizada no sul do país, da moeda desvalorizada resultante

da projecção de inflação revista para 16,7¹ por cento, o Governo de Moçambique procedeu à revisão do Orçamento do Estado. As metas do Plano Económico e Social foram revistas de acordo com os novos níveis de gastos esperados.

O Orçamento do Estado original 2016 valia MT 246,1 biliões, enquanto o Orçamento do Estado Revisto 2016 vale MT 243,4 biliões, representando uma redução de 1,1 por cento. Em resposta ao novo ambiente macro-fiscal, no início de Julho de 2016, o Governo anunciou o seu plano de reduzir o orçamento em MT 24 biliões, o equivalente a 10 por cento do

Favor notar: O UNICEF não tem acesso ao e-SISTAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado); portanto, toda a análise foi feita com base em informações disponíveis ao público. Nos casos em que foram encontradas lacunas, são feitas anotações no texto. Além disso, o Informe Orçamental da Educação 2016 foi preparado com a ajuda do "Programa de Actividades 2016" (PDA) do MINED. Existem algumas pequenas discrepâncias entre os totais apresentados no Informe Orçamental da Educação 2015 e os apresentados na edição de 2016. À medida que novas fontes de dados se tornaram disponíveis, o UNICEF procedeu à revisão dos seus cálculos; a este respeito, publica os valores nesta edição na convicção de que são os mais correctos.

1) LOE Rectificado, Documento de Fundamentação, 2016. Pg.2.



18,2%

do Orçamento do Estado Revisto 2016 foi alocado ao Sector da Educação

1. Como se define o Sector da Educação?

Conforme a definição da Direcção Nacional do Orçamento (DNO) no Orçamento do Estado, o Sector da Educação está dividido em duas categorias: Ensino Geral e Ensino Superior⁶. O Ensino Geral é constituído pelo ensino primário (EP1 e EP2), secundário (ESG1 e ESG 2), profissional, técnico e educação de adultos, assim como a administração geral do sector. O Ensino Superior inclui as universidades e outros institutos do ensino superior. Além das categorias funcionais, o Orçamento do Estado reflecte a orçamentação e a despesa das instituições de ensino a três níveis territoriais diferentes: Central, Provincial e Distrital.

O Sector da Educação adicionou seis instituições a nível central em 2015 e 18 unidades de SDEJT a nível distrital.

De acordo com a DNO, as seis novas instituições acrescentadas à composição institucional do Sector da Educação são as seguintes: (i) Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Profissional; (ii) Academia de Ciências de Moçambique; (iii) Centro Etnobotânico de Pesquisa e Desenvolvimento; (iv) Fundo Nacional de Investigação; (v) Centro de Pesquisa e Transferência Tecnológica para o Desenvolvimento Comunitário e (vi) Instituto Nacional de Tecnologia de Informação e Comunicação. O Nível Central passou a ser composto por dezanove instituições, das quais o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) retém a maior parte do orçamento da educação, seguido da Universidade Eduardo Mondlane e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Profissional. A nível Provincial, a composição do sector registou o acréscimo das Delegações Provinciais de Ciência e Tecnologia. E a Nível Distrital verificou-se um aumento de 132 Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT) em 2015 para 150 no Orçamento de 2016.⁷

O Sector da Educação é um de sete sectores prioritários da agenda do Governo de Moçambique para o alívio à pobreza e o desenvolvimento nacional.

A planificação do sector é guiada pelo Plano Estratégico da Educação 2012-2016 (PEE)⁸. O PEE prioriza (i) a inclusão e equidade no acesso e retenção, (ii) a aprendizagem do estudante e (iii) Boa Governança dos programas e recursos do sector. Além destes focos principais, o Sector da Educação também destaca o ensino pós-primário e o seu papel no desenvolvimento do país; a diversificação do currículo escolar; a introdução de tecnologia no ensino; e a melhor gestão das instituições e sistemas de ensino a nível distrital⁹. A visão de médio prazo oferecida pelo PEE é subdividida em prioridades anuais na secção de educação do PES, que por sua vez serve de base para a elaboração do orçamento da educação.

valor original do Orçamento do Estado de 2016²; no entanto, a redução foi de apenas MT 2,7 biliões. Esta situação deve-se, em grande parte, ao facto de que o financiamento dos doadores estrangeiros, disponibilizado em moedas estrangeiras, ter passado a valer mais em Meticals do que quando o orçamento foi preparado pela primeira vez, dada a depreciação do Metical. Os cortes orçamentais efectuados concentraram-se na categoria de investimento financiado internamente – que diminuiu de MT 41,3 biliões para 28,9 biliões – uma vez que todos os grandes projectos de construção foram suspensos³.

A transparência do orçamento de Moçambique está em causa e prevê-se uma maior austeridade fiscal após a divulgação da dívida garantida do governo. Em Abril de 2016, as autoridades moçambicanas reconheceram a existência de mais de US\$ 2,3 biliões em dívida garantida do Governo não revelada anteriormente. Mesmo antes das revelações, a Open Budget Initiative 2015 da International Budget Partnership tinha avaliado Moçambique como sendo um país com “transparência orçamental mínima”, tendo o país pontuado apenas 38/100 (comparativamente à média global de 45) em termos de indicadores de transparência, e “quase nenhuma participação pública no processo orçamental”, pontuando apenas 2/100 (comparativamente à média global de 25) nos indicadores de participação⁴. Além de procurar resolver estas preocupações, espera-se do governo que reduza a despesa pública de modo a que o serviço da dívida pública se situe a um nível sustentável. Prevê-se que isto afecte a execução de sectores prioritários nos próximos anos. Não obstante, o Parlamento e o Ministério da Economia e Finanças começaram a envolver-se em iniciativas com vista a aumentar a participação pública no processo orçamental⁵. Com o reconhecimento recente, o rácio da dívida em relação ao PIB (produto interno bruto) do país situa-se em mais de 90 por cento, um dos índices mais altos da África Subsaariana.

No Orçamento do Estado Revisto de 2016, a maioria dos sectores Sociais e Económicos (prioritários) sofreu cortes orçamentais, incluindo a Educação. Espera-se que o Governo reduza os gastos públicos a curto e médio prazos, a fim de servir a dívida pública a um nível sustentável, o que provavelmente irá afectar as despesas dos sectores prioritários nos próximos anos.

2) Discurso do Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, 7 de Julho de 2016.

3) *LOE Rectificado, Documento de Fundamentação*, 2016. Quadro 7. Pg.19.

4) International Budget Partnership. Open Budget Initiative. 2015.

5) Por exemplo, em 2016 foram realizadas reuniões entre o Governo, o Parlamento e a Sociedade Civil com o objectivo de discutir como melhorar a participação e a transparência, o MEF consultou as OSC sobre como melhorar o ciclo do plano e orçamento e o Orçamento do Cidadão, o Parlamento sobre como integrar a assistência técnica para promover a abertura e a participação, etc.

6) Classificadores orgânicos

7) As novas 18 unidades dos SDEJT foram acrescentadas nos seguintes locais: Pemba, Cidade de Inhambane, Chimoio, Vanduzi, Macate, Cidade de Nampula, Larde, Liupo, Lichinga, Beira, Doa, Marara, Cidade de Tete, Quelimane, Derre, Luabo, Molumbo, Mocubela e Mulevala.

2. Que tendências emergem do Orçamento da Educação?

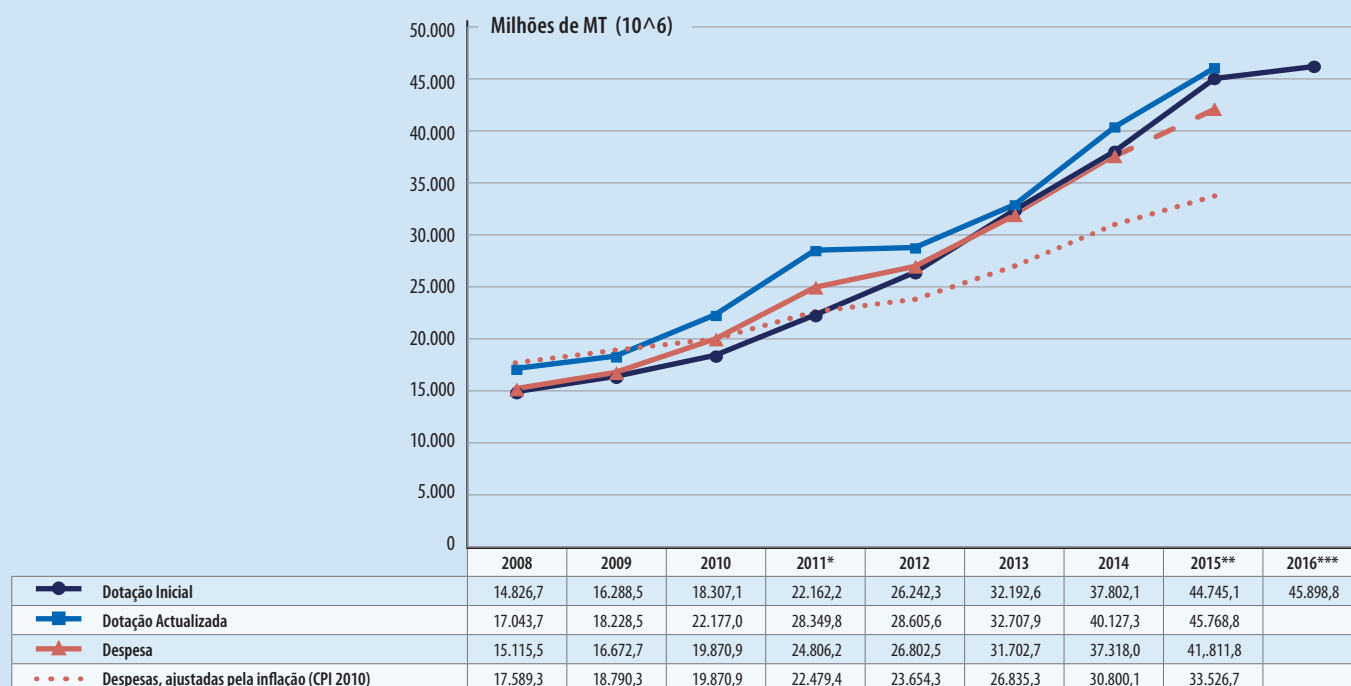
A análise apresentada neste Informe Orçamental é baseada na dotação inicial ao Sector da Educação no Orçamento do Estado de 2016, que foi executado durante mais da metade do ano fiscal de 2016 e é bastante semelhante em volume ao Orçamento do Estado Revisto de 2016. Os quadros de texto em todo o Informe explicam as diferenças entre o orçamento original e o revisto.

Em 2016, foi alocado ao Sector da Educação inicialmente o montante de MT 45,8 biliões (US\$ 980 milhões)¹⁰. Em termos nominais, este valor representa um aumento de 2,4 por cento em comparação com a dotação inicial do sector referente a 2015 e um aumento de 9,5 por cento comparativamente à despesa de 2015 (vide o Glossário que contém a definição dos termos orçamentais)¹¹. Contudo, em termos reais (tomando em consideração a inflação), a dotação inicial de 2016 representa apenas um aumento de 4,8 por cento relativamente à execução do Sector da Educação em 2015 (vide a Figura #1)¹².

No Orçamento do Estado Revisto de 2016, foram alocados ao Sector da Educação MT 44,4 biliões, uma redução de 3,5 por cento em comparação com o Orçamento do Estado original de 2016.

A percentagem do Orçamento do Estado que cabe à Educação reduziu de 19,8 por cento no orçamento inicial de 2015 para 18,6 por cento no orçamento inicial de 2016¹³. Apesar de um aumento nominal no envelope total de recursos do Sector da Educação, o peso do sector reduziu devido ao maior aumento nominal de 9 por cento no volume total do Orçamento do Estado entre 2015 e 2016. À semelhança da diminuição do peso do Sector da Educação, as percentagens alocadas a outros Sectores Prioritários também reduziram, à excepção da Infraestrutura e Boa Governança (vide a Figura #2).

FIGURA 1 Orçamentação e despesa do Sector da Educação



Fonte: Cálculos do autor baseados na CGE 2008-2014, REO IV 2015, LOE 2016.

Nota: * Em relação a 2011, a CGE apresenta o total de gastos com o Sector da Educação em MT 14,739 biliões; no entanto, os totais revistos do sector para 2011 incluem gastos com os SDEJT, aumentando o total para MT 24,806 milhões. Este total da despesa revisto será usado para representar os gastos com a educação em 2011 no resto do relatório ** No momento em que este documento foi elaborado, a CGE 2015 ainda não tinha sido finalizada; Assim, é possível que a despesa total seja ligeiramente superior à indicada. *** Enquanto os anos 2008-2015 apresentam valores das despesas (executadas), 2016 apresenta a dotação orçamental inicial.

8) O período de implementação do PEE foi recentemente alargado de 2016 para 2019.

9) MEDH. Plano Estratégico da Educação (PEE) 2012-2016. Página 35.

10) A taxa de câmbio utilizada nos cálculos para o Orçamento do Estado de 2016 é de US\$ 1 = MT 46,7, que foi a taxa de câmbio média de 2016 quando este documento foi elaborado. A taxa de câmbio utilizada nos cálculos do Orçamento do Estado Revisto de 2016 é de US\$ 1 = MT 66,6, que foi a taxa de câmbio da data em que o dotação actualizada foi aprovado.

11) Conforme mencionado na Secção 1, a composição do Sector da Educação mudou em 2015. Mantendo a mesma composição institucional que a de 2014, a dotação inicial de 2016 representaria 17,6 por cento.

12) O cálculo assume uma inflação de 5,6 por cento para 2016, de acordo com o WEO do FMI 2016.

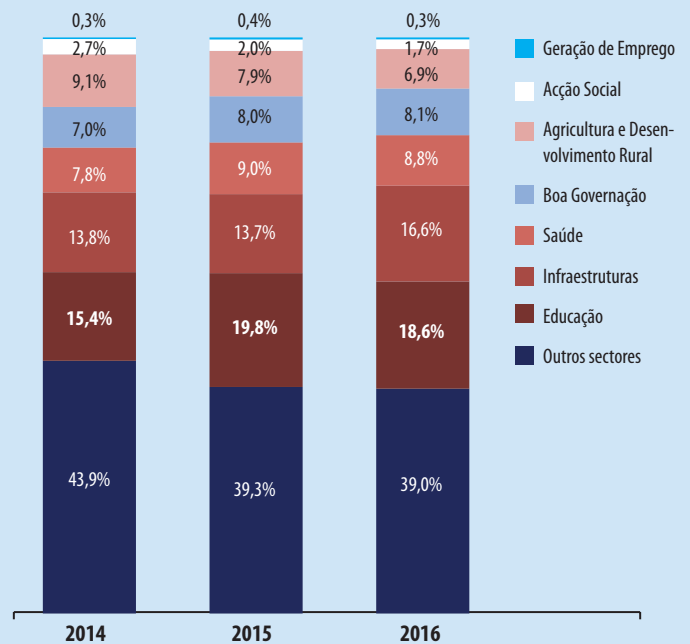
13) As percentagens foram calculadas usando como denominador o valor do Orçamento do Estado total, incluindo pagamentos do serviço da dívida, operações financeiras e subsídios. É importante notar que o Governo de Moçambique emprega uma metodologia diferente para o cálculo das percentagens dos sectores prioritários utilizando como denominador o total do Orçamento do Estado, excluindo o serviço da dívida, as operações financeiras e os subsídios. O Governo de Moçambique calcula, deste modo, 22,1 por cento para o Sector da Educação em 2016.



Foto: ©UNICEF/Moçambique

Moçambique gasta uma maior percentagem do Orçamento do Estado e do Produto Interno Bruto com a educação em comparação com a média dos Países de Baixa Renda (Low-Income Countries - LIC) e dos Países da África Subsaariana (ASS). Em Moçambique, o peso do Sector da Educação como percentagem do Orçamento do Estado atingiu uma média de 19 por cento entre 2009 e 2016; os Países de Baixa Renda (em todas as regiões) registaram uma média de 17 por cento e os países da África Subsaariana (todos os níveis de renda) registaram uma média de 16,5 por cento. A despesa de Moçambique na educação é igual a 6,3 por cento do PIB do país, sendo igual a 3,5 por cento nos países de baixa renda e 4,2 por cento nos países da África Subsaariana (vide a Figura #3)¹⁴.

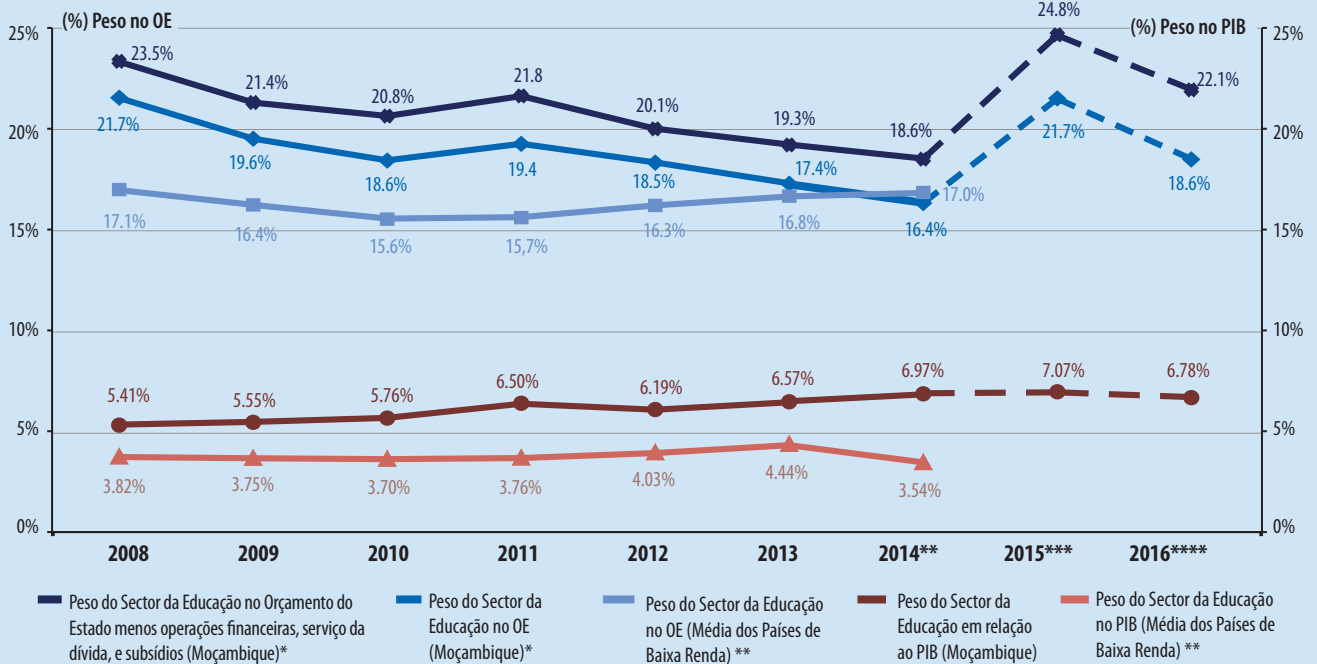
FIGURA 2 Peso orçamental do Sector da Educação e de outros sectores prioritários



Fonte: As partes referentes a 2014 são baseadas na LOE 2014 Revista e as de 2015 e 2016 são baseadas na LOE 2015 e LOE 2016 e são extraídas do ficheiro em Excel "Sectores Económicos e Sociais" fornecido pelo Governo. Os totais relativos à Educação e Saúde são cálculos actualizados do autor.

Nota: A figura mostra as partes ocupadas pelas dotações iniciais atribuídas aos sectores prioritários; não mostra as partes do sector que foram executadas. A parte "Outros Sectores" representa sectores não prioritários: Serviços Públicos Gerais, Defesa, Segurança e Ordem Pública, Economia, Protecção Ambiental, Habitação e Desenvolvimento Colectivo; e Recreação, Cultura

FIGURA 3 Tendência no peso do Sector da Educação



Fonte: Pesos do Sector da Educação (Moçambique): Cálculos do autor usando a CGE 2008-2014; REO IV 2015; LOE 2016; e Banco Mundial (WB), Indicadores do Desenvolvimento Mundial (WDI), PIB (LCU Corrente). Pesos do Sector da Educação (Países de Baixa Renda): WDI do Banco Mundial, Despesa do Governo com a educação, total (% do PIB) e Despesa do Governo com a educação, total (% da despesa do Governo).

Nota: * Estes pesos são diferentes dos apresentados pelo Governo, uma vez que este faz o cálculo dos pesos a partir da despesa pública total, excluindo as operações financeiras e o serviço da dívida; os cálculos apresentados aqui incluem operações financeiras e o serviço da dívida. ** Em relação aos Países de Baixa Renda (LIC), é considerada a média de todos os Países de Baixa Renda para os quais há dados disponíveis. *** No momento em que este documento foi elaborado, a CGE 2015 ainda não havia sido finalizada; Assim, é possível que o total da despesa seja ligeiramente maior do que o apresentado. **** As partes relativas a 2016 são dotações orçamentais iniciais, enquanto as de 2008-2015 correspondem à despesa (executada).

15) A média dos países da ASS não está representada neste número. Vide o Informe Orçamental da Educação 2015 do UNICEF, que contém uma representação das percentagens da ASS.

3. De onde provêm os recursos do Sector da Educação?

87%

do orçamento do sector é proveniente de recursos internos, e 13% de recursos externos (em ambos OE 2016)

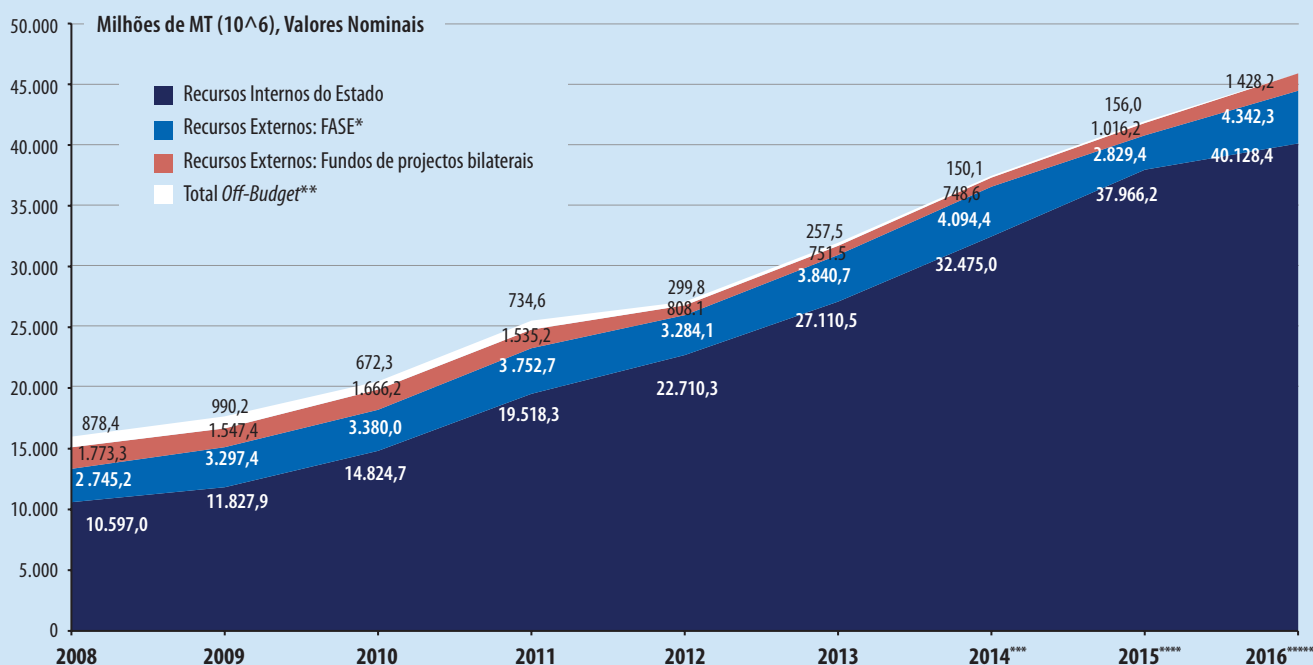
O Sector da Educação em Moçambique é financiado por recursos internos e externos. Os recursos internos são colectados através de impostos, tarifas, direitos e crédito interno, sendo complementados pelo Apoio Geral ao Orçamento, que é ajuda ao desenvolvimento não reservada ao Governo moçambicano de um grupo de 14 parceiros de desenvolvimento (G-14). Os recursos externos são constituídos por ajuda externa, doações e crédito externo.

No Sector da Educação, os recursos internos são orçamentados através do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), negociados com o Conselho de Ministros e o Ministério da Economia e Finanças, aprovados pelo Parlamento e em seguida aplicados de acordo com o Plano Económico e Social (PES) e seguindo o plano de actividades do sector (PdA). Os recursos externos aplicados à educação enquadram-se em duas categorias: (a) as “contribuições do FASE”, que são doações dos parceiros de desenvolvimento (PD) para o Fundo Comum da Educação constituído por vários doadores, e (b) os “Fundos de Projectos Bilaterais”, que são todas as outras subvenções e créditos dos PD não canalizados através do FASE. Os recursos do FASE são utilizados como se fossem recursos internos: são inscritos no orçamento e canalizados através da Conta Única do Tesouro (CUT). Por outro lado, os fundos de

projectos bilaterais são coordenados entre os PD e o MINEDH e aplicados através de uma série de modalidades, nomeadamente: (i) apoio directo ao governo, com implementação apenas pelo governo ou conjunta entre agência-governo, muitas vezes “Dentro do Orçamento, Dentro da CUT”; (ii) implementação pela agência ou por terceiros, muitas vezes “Dentro do Orçamento, Fora da CUT”; ou (iii) implementação pela agência ou por terceiros, mas “Fora do Orçamento. Um dos maiores desafios com que o MINEDH se depara e para a análise do orçamento/despesa do sector é a prestação de contas inconsistente ou inexistente por parte dos PD do seu orçamento e das despesas nos projectos bilaterais que estão Fora da CUT e Fora do Orçamento.

O Governo aumentou de forma constante a sua contribuição para o financiamento do Sector da Educação. A porção de recursos internos aumentou de 70 por cento em 2008 para 91 por cento em 2015 (vide a Figura #4).

FIGURA 4 Recursos do Sector da Educação: Internos e externos, dentro e fora do orçamento



Fonte: Recursos internos e externos do Estado: Cálculos do autor a partir da CGE 2009-2014, REO IV 2015 e LOE 2016. FASE: CGE 2009-2014, REO IV 2015, PdA 2016 (versões: Dezembro de 2015 e Junho de 2016). Total Off-Budget: ODAMOZ

Nota: * O valor inicial dos compromissos do FASE está reflectido na figura, juntamente com as outras dotações iniciais para o sector. O valor revisto dos compromissos do FASE é de MT 4,0 biliões, o equivalente a US\$ 64,6 milhões, de acordo com o Plano de Actividades do Sector da Educação, versão: Junho de 2016. ** Os valores totais Fora do Orçamento devem ser interpretados com cautela, pois o ODAMOZ é um sistema automático de produção de relatórios, pelo que existe um potencial para a ocorrência de distorções. *** Para os anos 2014 e 2015, a despesa da educação fora do orçamento é menor do que a realidade, devido ao facto de que a plataforma ODAMOZ ter estado off-line durante grande parte de 2015 e os doadores não terem conseguido reportar os gastos. **** No momento em que este documento foi elaborado, a CGE 2015 ainda não havia sido finalizada; Assim, é provável que a despesa total seja ligeiramente maior do que a apresentada. ***** O ano de 2016 representa o orçamento inicial, enquanto 2008-2015 representam a despesa.



Foto: ©UNICEF/Moçambique

À semelhança do orçamento do Sector da Educação no Orçamento do Estado original de 2016, o orçamento do sector no Orçamento do Estado Revisto de 2016 tem um alto rácio funcionamento/ investimento; aloca a maior parte do orçamento aos SDEJT, seguido pelas DPEC e MINEDH; aloca também a maior porção ao ensino primário.

Em 2016, o rácio de recursos internos / externos está orçamentado em 87 por cento / 13 por cento. Em termos nominais, o financiamento interno ao sector aumentou quase quatro vezes, passando de MT 10,6 biliões em 2008 para MT 40,0 biliões orçamentados em 2016. Embora o crescimento dos recursos internos seja parcialmente em resposta à redução do financiamento externo, o crescimento registado no financiamento de fontes internas ultrapassou, de longe, a redução do financiamento externo.

As contribuições para o FASE em 2016 equivalem a MT 4,0 biliões (US\$ 64,6 milhões) e representam quase 10 por cento do total dos recursos da educação¹⁵. Em USD, as contribuições reduziram em 50 por cento ao longo dos últimos três anos; não obstante, o FASE continua a ser um mecanismo importante de financiamento externo, representando em média 14 por cento do financiamento externo ao longo dos últimos oito anos. A redução resulta em parte do facto de alguns doadores terem saído do fundo. Em 2016, o número de doadores que contribuem para o FASE diminuiu de 11 em 2015 para 8; no entanto, a retirada destes doadores foi compensada pelo aumento das contribuições da Alemanha e da Finlândia¹⁶. A orçamentação dos recursos do FASE é paralela aos objectivos do sector: aproximadamente 78 por cento do financiamento do FASE é dirigido ao ensino primário, 12 por cento ao ensino secundário, 8 por cento ao desenvolvimento institucional e 1 por cento à alfabetização de adultos¹⁷.

Os recursos fora do orçamento do sector representaram uma média de 3 por cento do orçamento da educação, de acordo com o ODAMOZ; contudo, é provável que seja uma estimativa muito por defeito¹⁸. São necessários esforços paralelos para controlar melhor os recursos Fora do Orçamento e convencer ainda mais os parceiros de desenvolvimento a inscrever os fundos dos projectos no orçamento, de modo a harmonizar os esforços empreendidos a nível do sector, fortalecer os sistemas do governo local e permitir uma compreensão mais clara de como o financiamento ao sector pode estar a contribuir para os resultados do sector.

4. Como é que os recursos do Sector da Educação são gastos?

O Ministério da Economia e Finanças (MEF) liberta a dotação inicial através da CUT para cada instituição de educação com orçamento autónomo e posteriormente actualiza a dotação com base na dotação actualizada. As instituições controlam a execução através do e-SISTAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado), que produz os relatórios de execução orçamental (REO) trimestrais e a Conta Geral do Estado (CGE) anual. A maneira como o orçamento da Educação de 2016 será gasto pode ser analisada de quatro perspectivas:

4.1 DESPESA DE FUNCIONAMENTO VS. DE INVESTIMENTO

O Orçamento do Estado divide as despesas da Educação em duas categorias: Funcionamento e de Investimento. As despesas de funcionamento descrevem os gastos em salários / remunerações, bens e serviços, custos operacionais, transferências e operações financeiras. As de investimento (isto é, de capital) descrevem a despesa destinada a melhorar a produtividade e a eficiência a longo prazo do Sector (isto é, construção de escolas, bibliotecas, mais salas de aula, etc.).

A despesa de Funcionamento é exclusivamente financiada através de recursos internos, enquanto a de Investimento é financiada interna e externamente. Contudo, é necessário assinalar que todo o financiamento externo é contabilizado no orçamento como “investimento externo” quando, de facto, pode ter uma parte dedicada a funções correntes. Para melhorar a compreensão dos níveis de investimento na educação e noutros sectores sociais e económicos, é importante que o MEF crie a possibilidade de contabilizar a natureza de funcionamento dos projectos financiados externamente no e-SISTAFE.

15) MINEDH, *Plano de Actividades*. Versão: Junho de 2016, Quadro 4, Pg.4.

16) Education Operational Plan: Let's Learn, Pg. 67.

17) Plano Operacional da Educação: Vamos Aprender, Página 75.

18) O ODAMOZ não é uma fonte fiável de financiamento externo fora do orçamento por várias razões, nomeadamente: exclusão do financiamento das principais ONG / OSC, prestação de contas inconsistente por vários doadores e o registo de “desembolsos” em vez de “execução” real.

O crescimento do investimento interno contribuiu para preencher a lacuna deixada pela redução dos níveis de investimento externo; contudo, a percentagem de investimento como um todo reduziu devido ao forte crescimento das despesas de funcionamento (vide a Figura #5). Em 2008, o investimento interno era equivalente a apenas 15 por cento do total do investimento, mas em 2015 equivalia a 40 por cento. Durante o mesmo período de tempo, o peso do investimento total do orçamento da educação reduziu de 35 por cento para 15 por cento. Em 2016, o rácio da despesa funcionamento / investimento está orçamentado em 80 por cento / 20 por cento. O forte crescimento da despesa de funcionamento é essencialmente alimentado pelos gastos em pessoal; não obstante, o aumento desta despesa teve um impacto mínimo no rácio estudantes por aluno, o qual reduziu de 62,9 alunos por 1 professor em 2011 para apenas 62,6 para 1 em 2015¹⁹. Ao considerar apenas recursos internos – aqueles que só o Governo controla – 90 por cento foram alocados para fins de Funcionamento e 10 por cento ao Investimento em 2016. Nos próximos anos, e uma vez que se espera que o espaço fiscal reduza, destinar recursos suficientes ao investimento é uma medida que constituirá um desafio para o sector. A execução relativamente fraca no investimento ao longo do tempo pode significar que a construção e a renovação da infra-estrutura da educação não conseguem acompanhar o crescimento das taxas de ingressos e de retenção de alunos.

80%

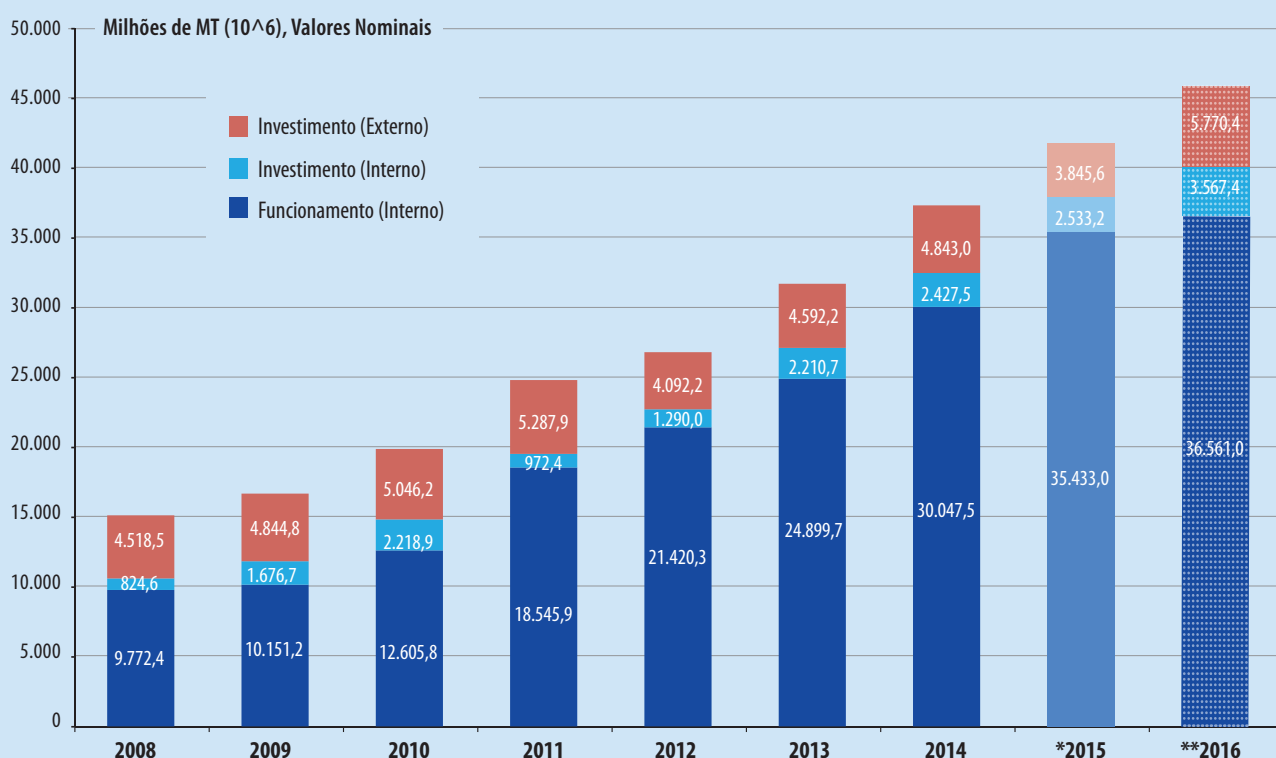
do orçamento do sector é para despesas de funcionamento (ex: gastos com pessoal e bens e serviços,); 20% é para investimento (ex: construção de escolas)

4.2 DESPESA POR INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO

Os SDEJT beneficiaram da maior parte do orçamento do Sector da Educação em 2016, seguindo-se as DPEC e o MINEDH.

Foram alocados aos SDEJT, que são responsáveis por orientar o Sector a nível distrital, MT 21,9 biliões (US\$ 468,9 milhões) no Orçamento do Estado original de 2016, o correspondente a 48 por cento do orçamento destinado à Educação; as DPEC, que guiam o sector a nível provincial, receberam MT 9,3 biliões (US \$199 milhões), representando 20 por cento do orçamento da educação; e o MINEDH, que supervisiona todo o Sector da Educação a partir do nível central, beneficiou de MT 4,4 biliões (US \$94,2 milhões), ou seja, 9,5 por cento do orçamento. Foi alocado ao MCTESTP (Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-profissional), que é responsável por orientar, planificar e coordenar as actividades a nível central nas áreas de Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-profissional, o valor de MT 1,5 biliões (US\$ 32 milhões), representando 3 por cento do orçamento da educação.

FIGURA 5 Despesa de funcionamento e de investimento



Fonte: Cálculos do autor a partir da CGE 2008-2014, REO IV 2015 e LOE 2016.

Nota: * No momento em que este documento foi elaborado, a conta da despesa pública de 2015 ainda não tinha sido finalizada; A este respeito, é possível que a despesa total seja ligeiramente maior do que a apresentada **As partes referentes a 2016 são dotações orçamentais iniciais, e não despesa.

19) MINEDH. Desempenho do Sector da Educação, Relatório 2014. Balanço do PES 2015. Página 62.

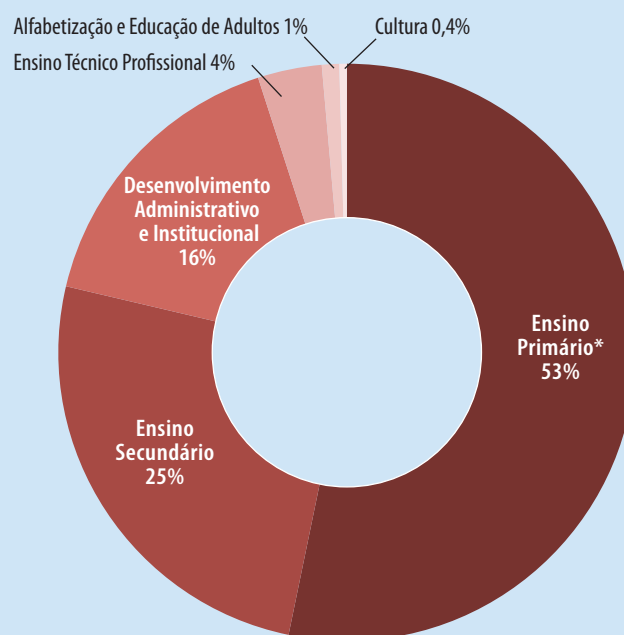
4.3 DESPESA POR ÁREA FUNCIONAL

O ensino primário recebe a maior parte do orçamento destinado ao Sector da Educação, seguido pelo ensino secundário e o desenvolvimento institucional²⁰. Foi alocado ao ensino primário o montante de MT 18,4 biliões (US\$ 394 milhões); o ensino secundário recebeu MT 8,7 biliões (US\$ 186 milhões); e o desenvolvimento administrativo e institucional beneficiou de MT 5,6 biliões (US\$ 120 milhões), (vide Figura #6). A parte do orçamento alocada ao ensino primário e secundário aumentou comparativamente a 2015, enquanto a dotação ao Desenvolvimento Administrativo e Institucional diminuiu.

4.4 DESPESA POR PROGRAMA DE EDUCAÇÃO

Os maiores projectos de investimento no Sector da Educação referentes a 2016 estão relacionados com o ensino superior, técnico-profissional e à distância, mas também envolvem a construção de salas de aula e o fornecimento de livros escolares (vide a Figura #7). O maior investimento interno orçamentado na Educação para 2016 é um projecto implementado pela Universidade Eduardo Mondlane chamado "Ensino, Investigação e Extensão", no valor de MT 241,5 milhões. O maior investimento externo orçamentado para 2016 é implementado pelo MCTESTP e chama-se "Projecto do Ensino Superior para a Ciência e Tecnologia", no valor de MT 938,7 milhões.

FIGURA 6 Orçamentação do Sector da Educação por área de programas



Fonte: MINEDH, Plano de Actividades (PdA), versão: Dezembro de 2015, Pg. 6, Quadro 5.

Nota: *Inclui pré-primário. Conforme apresentado como nota de rodapé na fonte desta informação, o ensino terciário não está incluído nos cálculos.

FIGURA 7 Investimentos internos e externos por dimensão do programa

Maiores Investimentos Internos no Sector da Educação				
UGB	Actividade	Investimento Interno	Investimento Externo	Total
UEM	Docência, Investigação e Extensão	241.582,93	174.543,00	416.125,93
MCTESTP	Conclusão das Obras da Autoridade Nacional de Formação Profissional	160.000,00	-	160.000,00
INED	Construção do Centro Provincial de Educação à Distância (CPED) de Gaza	138.580,00	-	138.580,00
MINEDH	Construção de Salas de Aulas	107.887,21	291.200,00	399.087,21
INTIC	Rede Electrónica do Governo	102.762,40	-	102.762,40
UP	Transformação e Ampliação do Lar Feminino em Reitoria	102.000,00	-	102.000,00
Maiores Investimentos Externos no Sector da Educação				
UGB	Actividade	Investimento Interno	Investimento Externo	Total
MCTESTP	Projecto de Ensino Superior Componente de Ciência e Tecnologia	-	938.665,00	938.665,00
MINEDH	Livro Escolar	-	917.113,02	917.113,02
MINEDH	Aprender a Ler (USAID)	16.000,00	655.200,00	671.200,00
MINEDH	Construção de Salas de Aulas	107.887,21	291.200,00	399.087,21
MINEDH	Programa de Alimentação - PMA	-	240.240,00	240.240,00

Fonte: Compilação do autor a partir da LOE 2016.

20) Os cálculos do Autor baseiam-se em dados do MEDH. Programa de Actividades (PdA) 2016, que não inclui o ensino terciário.

53%

do orçamento do Sector da Educação é destinado ao ensino primário, seguido pelo ensino secundário (25%) e o desenvolvimento institucional (16%)



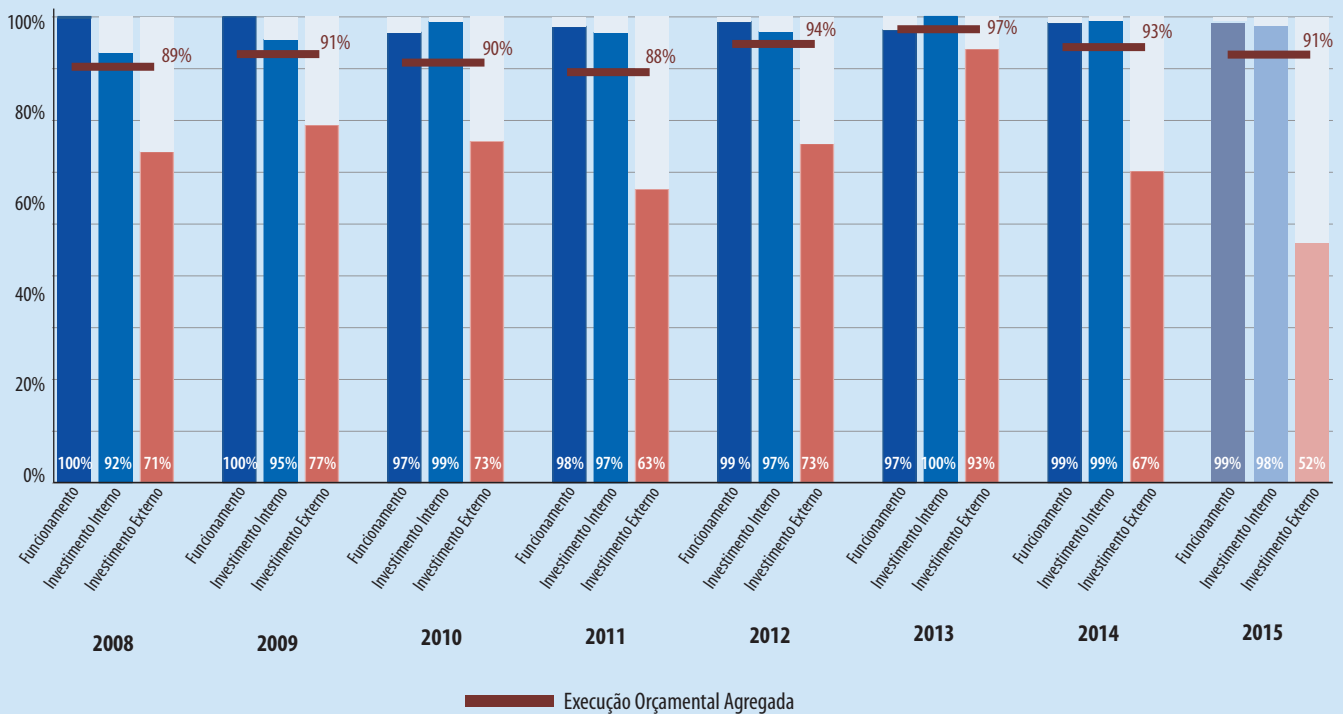
5. Qual foi o grau de execução dos orçamentos anteriores pelo Sector da Educação?

O Sector da Educação como um todo executou, em média, 91,5 por cento do seu orçamento entre 2008 e 2015; este valor é significativamente superior à taxa média de execução do Orçamento do Estado de 87 por cento durante o mesmo período (vide a Figura #8). Em 2015, o sector executou provisoriamente 91 por cento do seu orçamento. Este valor será confirmado com a publicação da CGE ainda este ano.

As taxas de execução agregadas do sector da educação são reduzidas pela fraca execução de recursos externos (financiados pelos doadores). Em média, o Governo executa

98,5 por cento do seu orçamento de funcionamento da educação e 97,1 por cento do orçamento de investimento interno, enquanto o orçamento de investimento externo é executado em meros 71,1 por cento. É importante notar que além dos desembolsos tardios, a fraca execução dos doadores constitui muitas vezes um reflexo da fraca prestação de contas dos doadores referente aos projectos inscritos dentro do orçamento, mas financiados fora da CUT.

FIGURA 8 Execução do orçamento no Sector da Educação



Fonte: As taxas de execução do Sector da Educação são os cálculos do autor a partir da CGE 2008-2014 e REO IV 2015.

Nota: * No momento em que este documento foi elaborado, a CGE 2015 não havia sido finalizada; assim, é possível que a taxa de execução seja ligeiramente mais alta do que retratado.



Foto: ©UNICEF/Moçambique

6. Até que ponto o Sector da Educação foi descentralizado?

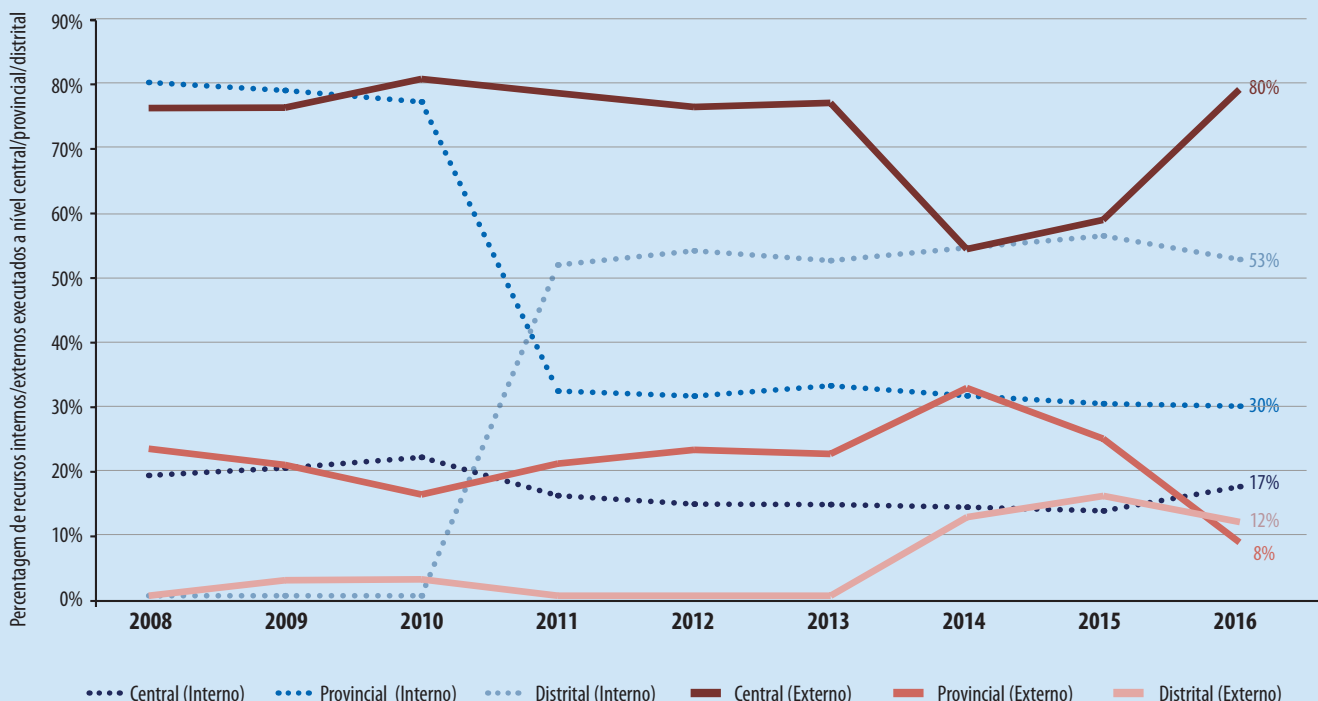
A execução da educação é altamente descentralizada. Desde 2011, a maior despesa registou-se a nível distrital, seguindo-se os níveis provincial e central²¹. Tal deve-se ao facto de os

salários dos professores e as subvenções às escolas serem pagos a nível distrital e a construção/renovação de escolas e salas de aula, bem como a aquisição de material escolar, serem pagos a nível provincial. No orçamento de 2016, 48 por cento foi alocado aos distritos, 27 por cento às províncias e 25 por cento ao nível central²².

A despesa dos doadores no Sector da Educação é altamente centralizada (vide a Figura #9). A desagregação do total da despesa da educação por fontes internas e externas revela que embora a execução do Governo no sector seja altamente descentralizada, a execução dos doadores é excessivamente centralizada.

Com efeito, para 2016, os doadores planificaram a execução e 80 por cento a nível central, 8 por cento nas províncias e 12 por cento nos distritos, comparativamente ao Governo, que prevê 17 por cento a nível central, 30 por cento a nível provincial e 53 por cento nos distritos²³. Para facilitar a descentralização dos recursos externos, é necessário que tanto os doadores como o Governo tomem medidas. O enfoque dos doadores deve incidir mais no desenho e implementação de projectos a nível provincial e distrital e o Governo deve priorizar a capacitação das instituições de educação das províncias e distritos para que possam implementar grandes projectos com orçamentos maiores.

FIGURA 9 Despesa realizada por nível territorial



Fonte: Cálculos do autor a partir da CGE 2008-2014, REO IV 2015 e LOE 2016.

Nota: A figura inclui apenas as despesas internas, a fim de reflectir melhor os esforços do Governo para a descentralização do sector.

21) Fonte: Informe Orçamental da Educação 2015 do UNICEF. Nota: A execução da educação através dos SDEJT apenas foi incluída formalmente na composição do Sector da Educação da DNO em 2012. Em 2011, os salários foram descentralizados para o nível distrital. Para poder reflectir esta descentralização, a execução dos SDEJT em 2011 foi incluída na análise.

22) É importante notar que a orçamentação e a execução referente a muitos projectos descentralizados implementados nas províncias ainda estão concentradas nas instituições de nível central.

23) Os recursos dos doadores são dedicados principalmente ao nível central, devido à prática de inscrever muitos projectos dentro do orçamento, fora da CUT implementados por doadores no MINEDH ou a preferência de usar o ministério como implementador do projecto.

7. Qual foi o impacto da despesa pública da Educação nos resultados do sector?

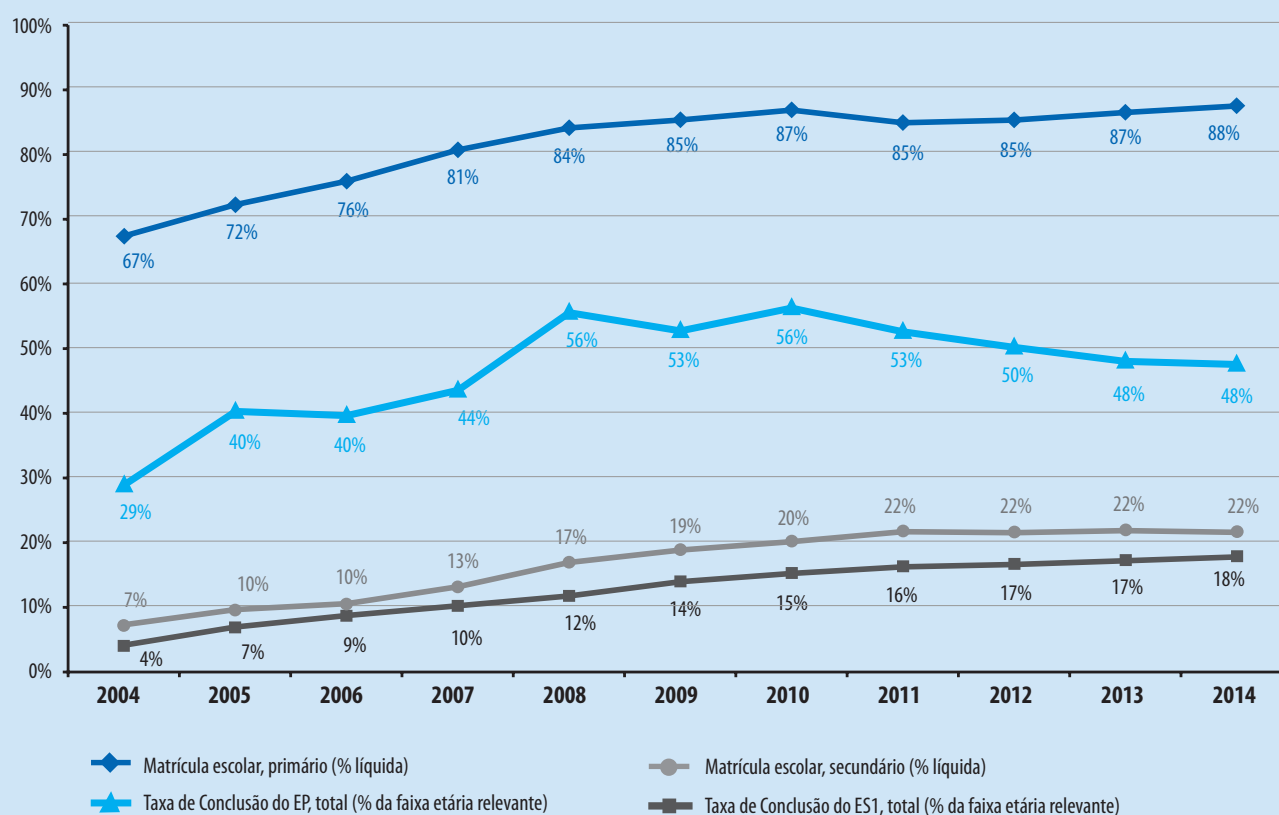
7.1 TENDÊNCIAS DE DESEMPENHO (2004 à 2014)

No contexto do crescimento constante da despesa nominal e real da educação, as taxas de admissão e conclusão do ensino primário e secundário melhoraram progressivamente entre 2004 e 2010. A partir de 2010, as taxas de admissão estagnaram e as taxas de conclusão do ensino primário baixaram (vide a Figura #10). A relação inversa entre a execução e os resultados da educação ao longo dos últimos cinco anos sugere que o aumento da despesa pública no sector foi relativamente ineficiente²⁴.

Dois factores que contribuem para a deterioração do desempenho são o absentismo e a fraca capacidade dos professores, que estão bem documentados nos *Indicadores de Prestação de Serviços para a Educação em Moçambique*, do Banco Mundial (*Mozambique Service Delivery Indicators for Education*).



FIGURA 10 Tendência das taxas de admissão e de conclusão no ensino primário / secundário



Fonte: WDI do Banco Mundial: Admissão escolar, ensino primário (% líquida); Admissão escolar, ensino secundário (% líquida); taxa de conclusão do ensino primário, total (% da faixa etária relevante); taxa de conclusão do ensino secundário geral, total (% da faixa etária relevante).

24) Vide o Informe Orçamental da Educação 2015 do UNICEF, Secção 7.2 e 7.3



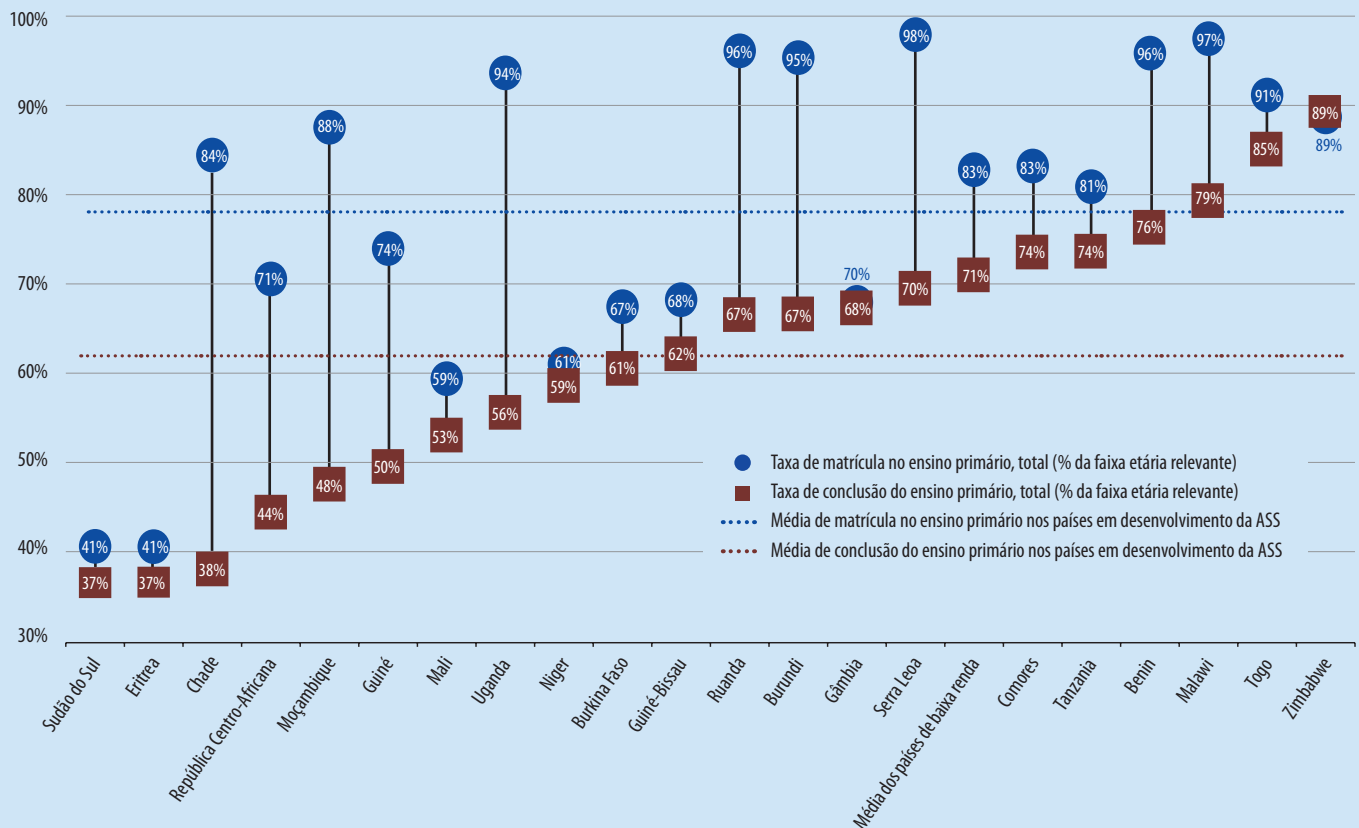
48% do orçamento foi alocado aos distritos, 27 por cento às províncias e 25 por cento ao nível central

O estudo constatou aquando da realização de visitas inesperadas que, em média, 56 por cento dos alunos não estavam presentes, 45 por cento dos professores não estavam presentes na sala de aula e 44 por cento dos directores não se encontravam na escola. Quanto à testagem dos professores sobre o currículo escolar que eram responsáveis por ensinar, o estudo concluiu que apenas 1 por cento dos professores teve uma pontuação acima dos 80 por cento, sendo a pontuação média de apenas 29 por cento.

7.2 TAXA DE CONCLUSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

A taxa de conclusão do ensino primário em Moçambique é **40 pontos percentuais inferior à taxa de admissão no ensino primário**. Esta é a **segunda maior diferença nas taxas de aproveitamento registada nos países de baixa renda, seus pares**. (vide a Figura #11). Embora a taxa de admissão no ensino primário em Moçambique de 88 por cento esteja bem acima da média da taxa de admissão nos países de baixa renda (78 por cento), a taxa de conclusão do ensino primário do país de 48 por cento situa-se bem abaixo da média (62 por cento).

FIGURA 11 Taxa de conclusão do ensino primário em comparação com os seus pares



Fonte: WDI do Banco Mundial, Taxa de admissão no ensino primário, total (% da faixa etária relevante) e Taxa de conclusão do ensino primário, total (% da faixa etária relevante), 2014 ou dados mais recentes.

Nota: Não estavam disponíveis dados para todos os países de baixa renda e da África Subsaariana.

Apesar de gastar quase o dobro por aluno no ensino secundário, a taxa de conclusão no ESG em Moçambique é inferior à média dos países de baixa renda.



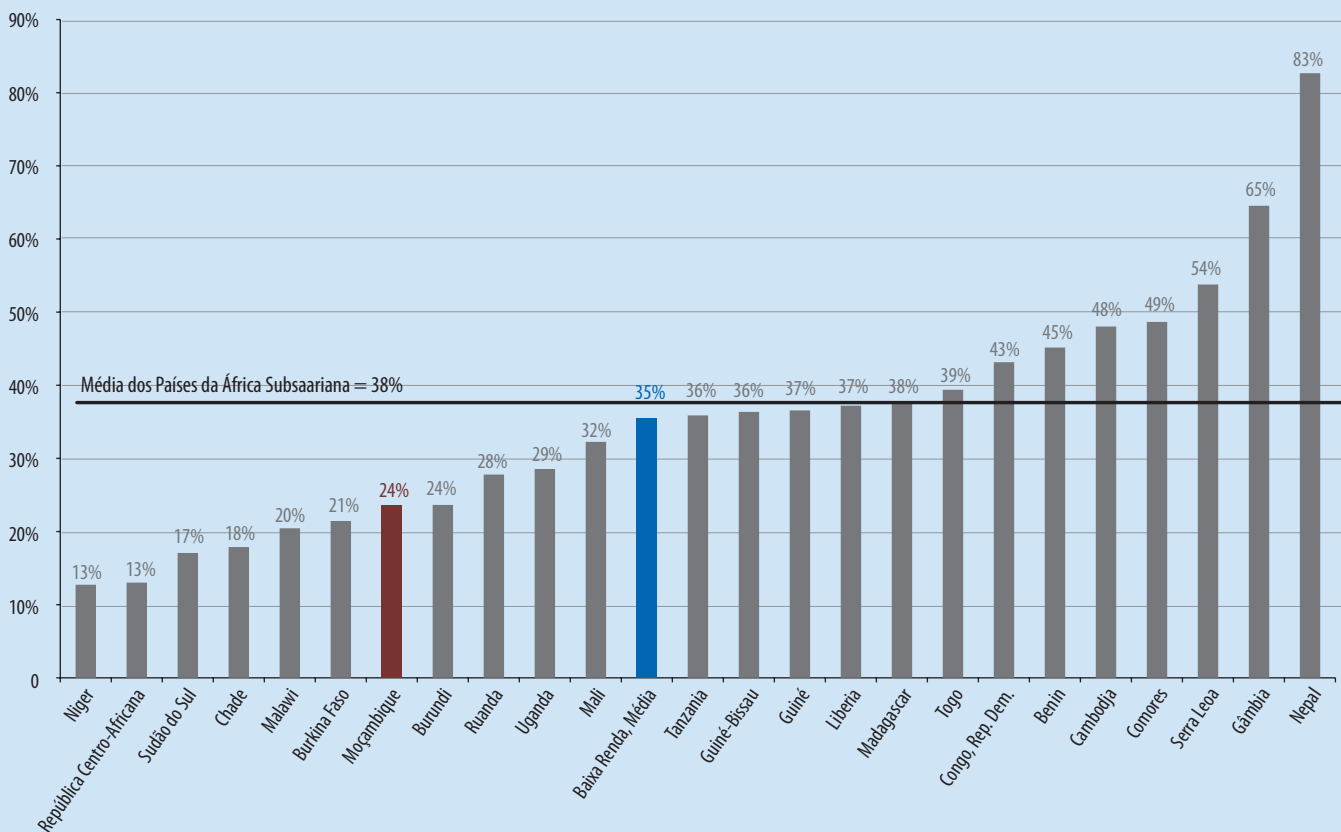
7.3 TAXA DE CONCLUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

A taxa de conclusão do ensino secundário em Moçambique é inferior à média dos países de baixa renda e à média dos países em desenvolvimento da África Subsaariana. (vide a Figura #12). Embora Moçambique gaste cerca do dobro que os seus pares por aluno secundário²⁵, a sua taxa de conclusão do ensino secundário é 12 pontos percentuais menor do que a taxa de conclusão nos países de baixa renda (em todo o mundo) e cerca de 14 pontos percentuais menor do que a média dos países em desenvolvimento da África Subsaariana.

8. Até que ponto a despesa pública da educação é equitativa?

A inclusão social e a equidade são um tema recorrente no PEE²⁶. A inclusão e a equidade no Sector da Educação podem ser avaliadas em termos de (i) dotações geográficas e se o uso de recursos é (ii) a favor dos pobres e (iii) sensível ao género.

FIGURA 12 Taxa de conclusão do ensino secundário em comparação com os seus pares



Fonte: WWDI do banco Mundial, Taxa de conclusão do ensino secundário, 2014 ou dados mais recentes

Nota: Não estavam disponíveis dados para todos os países de baixa renda e da África Subsaariana (ASS).

25) UNICEF 2015. Informe Orçamental da Educação 2015. Página 12.

26) Vide o PEE 2012-2016, Secção 4, Página 37.



MT 3.589

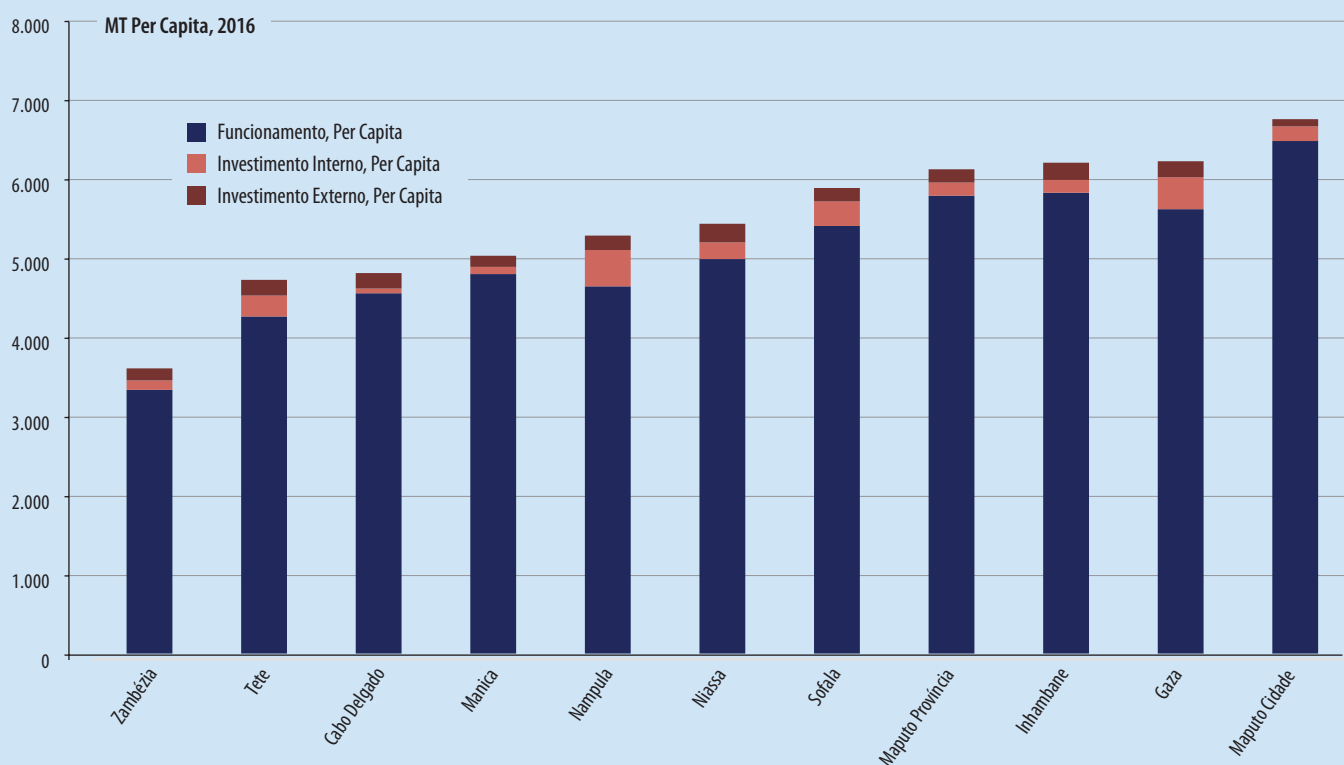
é a alocação por aluno para a Zambézia, enquanto para Maputo Cidade a alocação é MT 6.726

8.1 O ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO É GEOGRAFICAMENTE EQUITATIVO?

A dotação de recursos da educação que não é feita a nível central em 2016 não é equitativa; a província da Zambézia recebe quase metade da dotação per capita de Maputo Cidade (vide a Figura #13). Com base numa análise por aluno, a Zambézia (MT 3.589 ou US\$ 77), Tete e Cabo Delgado receberam

as dotações mais baixas, enquanto Maputo Cidade (MT 6.726 ou US\$ 144), Gaza e Inhambane receberam a maior dotação. Uma vez que dotações per capita para funcionamento mais elevadas são representativas de sistemas de ensino maiores e de mais infra-estrutura que deve ser atendida, poder-se-á concluir que a Zambézia possui um sistema de ensino relativamente menor e menos infra-estrutura do que Maputo Cidade e outras províncias do sul. Intuitivamente, a execução do investimento seria utilizada para colmatar a lacuna do sistema e da infra-estrutura; todavia, a Zambézia e outras províncias desfavorecidas não recebem uma dotação de investimento proporcional. Para melhorar a equidade geográfica, o Governo e os parceiros de desenvolvimento devem direccionar melhor os recursos de investimento para as províncias desfavorecidas, o que eventualmente teria de ser acompanhado por uma maior dotação para funcionamento.

FIGURA 13 Equidade – Despesa pública em Educação por província, per capita



Fonte: Cálculos do autor a partir da LOE 2016.

Nota: A figura apenas apresenta a orçamentação a nível distrital e provincial.

8.2 A DESPESA DA EDUCAÇÃO É PRÓ-POBRES?

Uma Análise da Incidência de Benefícios (Benefit Incidence Analysis - BIA) realizada sobre o Sector da Educação, utilizando dados preliminares do Inquérito sobre o Orçamento Familiar (IOF) 2014/2015 e os dados relativos à despesa da educação de 2015 (CGE 2015), ajudam a explicar quem ganha mais com a execução da educação e qual é a distribuição do bem-estar entre os diferentes grupos de crianças em idade escolar²⁷. A BIA considera dois elementos principais: (i) o comportamento familiar na decisão de inscrever as crianças na escola; e (ii) o comportamento do Governo na alocação de recursos públicos aos diferentes níveis de educação. No que diz respeito ao primeiro elemento, as famílias inscreveram os seus filhos em maiores números no ensino primário e secundário a partir de 2014 (vide a Figura #10).

Apesar de o Governo ter priorizado recursos para o ensino primário, a dotação por aluno referente ao ensino primário é relativamente baixa, comparativamente à dos alunos do ensino secundário e superior. A dotação por aluno no Ensino Primário é cerca de 3,5 menor do que o subsídio para o Ensino Secundário e cerca de 24 vezes menor do que o subsídio para o Ensino Superior (vide a Figura #14).

FIGURA 14 Equidade – Subsídio unitário por nível de ensino

	Dotação por Aluno (MT)	Rácio da Dotação
Primário	2.226	1
Secundário	7.581	3,4
Ensino Superior	53.514	24

Fonte: Cálculos do autor a partir da REO IV 2015; MINED "Levantamento Escolar 2015"; e INE "Estatísticas de Indicadores Sociais".

Os agregados familiares mais pobres beneficiam quase tanto do ensino primário como os mais ricos; todavia, beneficiam consideravelmente menos do ensino secundário e superior (vide a Figura #15). Considerando as escolhas de ingresso dos agregados familiares e as decisões de dotação do Governo, a distribuição dos gastos com o ensino primário pelos agregados familiares de diferentes quintiles é mais equitativa do que as distribuições do ensino secundário ou superior.

Os agregados familiares mais pobres beneficiam do ensino primário quase tanto que as famílias dos outros quintiles. Por outras palavras, as famílias mais pobres retêm uma parte quase igual da despesa do ensino primário público em comparação com as famílias mais ricas. No entanto, as mais pobres beneficiam do ensino secundário cerca de 6 vezes menos do que as famílias mais ricas. No que concerne o ensino superior, os gastos públicos beneficiam desproporcionalmente o quintil mais rico.

62%

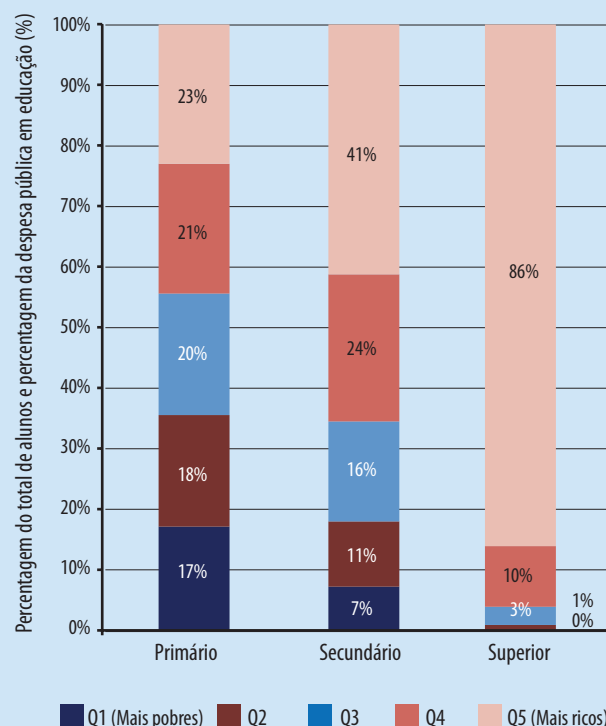
dos gastos com o ensino superior beneficiam os rapazes, comparado com 38% para as raparigas

Colectivamente, nos três níveis de ensino, os gastos com a educação não beneficiam os pobres. Ao considerar todo o Sector da Educação e comparando as percentagens do número total de alunos dos quintiles com a percentagem de dotações da educação recebidas, é evidente que os mais pobres revelam menos gastos do sector do que os mais ricos (vide a Figura #16).

8.3 O ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO É SENSÍVEL AO GÉNERO?

Tanto os rapazes como as raparigas beneficiam de forma quase igual dos gastos com o ensino primário e secundário; todavia, no caso do ensino superior, os rapazes beneficiam consideravelmente mais do que as raparigas. A análise da incidência de benefícios, utilizando o Inquérito aos Agregados

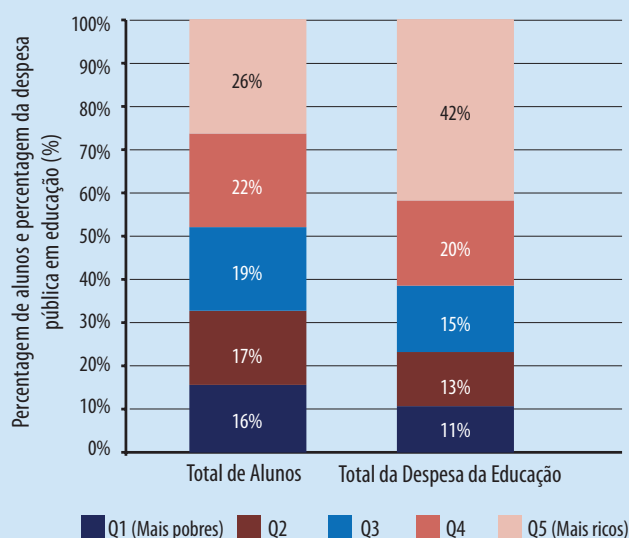
FIGURA 15 Equidade – Incidência de benefícios por nível de ensino e quintis



Fonte: Cálculos do autor a partir do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) do INE 2014-2015; REO IV 2015; MINED Levantamento Escolar 2015; e INE Estatísticas de Indicadores Sociais.

27) BIA calculada pelo autor, com base na metodologia encontrada em J.S.Cuenca. Benefit Incidence Analysis on Public Spending on Education in the Philippines: A Methodological Note. 2008. Pg. 4.

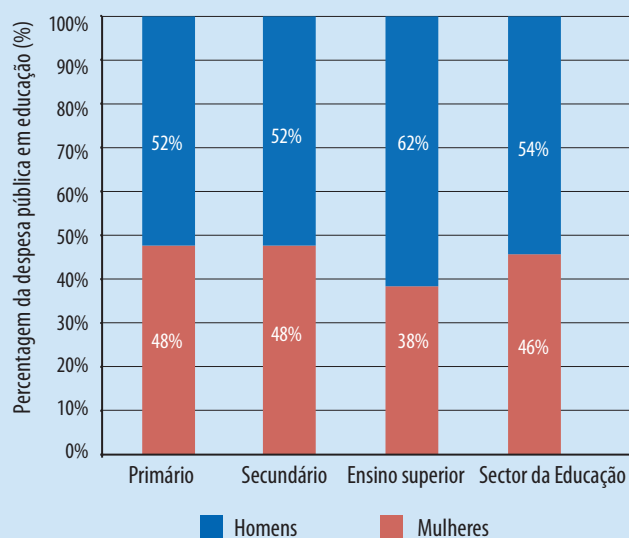
FIGURA 16 Equidade – Concentração de benefícios entre os quintis



Fonte: Cálculos do autor a partir do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) do INE 2014-2015; REO IV 2015; MINED Levantamento Escolar 2015; e INE Estatísticas de Indicadores Sociais.

Familiares 2014/2015 e a despesa de 2015, demonstra que os rapazes absorvem 52 por cento dos gastos com o ensino público relativos ao ensino primário e secundário, comparativamente a 48 por cento para as raparigas (vide a Figura #17). No caso do ensino superior, os rapazes absorvem uma percentagem muito maior (62 por cento) em comparação com 38 por cento para as raparigas. Tal deve-se à taxa de admissão mais baixa das raparigas e um valor mais elevado da dotação per capita para o ensino superior.

FIGURA 17 Equidade – Incidência de benefícios por género



Fonte: Cálculos do autor a partir do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) do INE 2014-2015; REO IV 2015; MINEDH Levantamento Escolar 2015; e INE Estatísticas de Indicadores Sociais.

Considerando os três níveis em conjunto, os rapazes retêm uma parte maior dos gastos (54 por cento) em comparação com as raparigas (46 por cento). Como forma de garantir uma maior igualdade de género na despesa pública, mais recursos devem ser direccionados para melhorar a participação das mulheres e os resultados da educação, especialmente no nível superior.

Glossário dos termos orçamentais:

Dotação Inicial: A primeira dotação de fundos aprovada pelo Parlamento

Dotação Rectificativa: Uma dotação rectificativa de fundos aprovada pelo Parlamento

Dotação Actualizada: O total de fundos colocados à disposição de uma determinada instituição de ensino

Despesa Realizada: Fundos alocados gastos no investimento e funcionamento da educação

Execução do Orçamento: Percentagem de fundos alocados gastos do total da dotação.

Valores Nominais: Números não corrigidos para efeitos da inflação

Valores Reais: Números corrigidos para efeitos da inflação

Acónimos

ASS	África Subsaariana	MEF	Ministério da Economia e Finanças
BIA	Análise da Incidência de Benefícios	MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
AGO	Apoio Geral ao Orçamento	MT	Metical Moçambicano (Moeda Local)
BM	Banco Mundial	PdA	Plano de Actividades
CGE	Conta Geral do Estado (Relatório Final da Despesa)	PEE	Plano Estratégico da Educação
CUT	Conta Única do Tesouro	PES	Plano Económico e Social
DPEC	Direcção Provincial da Educação e Cultura	PIB	Produto Interno Bruto
DNO	Direcção Nacional do Orçamento	PQG	Plano Quinquenal do Governo
FASE	Fundo de Apoio ao Sector de Educação	REO	Relatório de Execução do Orçamento do Estado (Relatório de Actualização da Despesa)
FC	Fundo Comum	SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
G19	Grupo de 19 países Doadores do Apoio Geral ao Orçamento	SDEJT	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia
LIC	Low Income Countries País de Baixa Renda	USD/US\$	Dólar Americano (Moeda)
LOE	Lei do Orçamento do Estado	WDI	World Development Indicators Indicadores do Desenvolvimento Mundial
MCTESTP	Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Profissional		